

A apropriação e a arquitectura do habitar

Infohabitar, Ano VII, n.º 364

Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial

Melhor Habitação com Melhor Arquitectura XIII:
A apropriação e a arquitectura do habitar

Artigo de António Baptista Coelho

Introdução geral

Nas páginas seguintes apontam-se alguns aspectos que têm sido sistematicamente ponderados, na sequência da aplicação dos conceitos ligados aos diversos rumos de qualidade arquitectónica residencial. Não se trata, assim, da sua respectiva e clarificada estruturação, mas apenas da sua ponderação cuidada, considerando, essencialmente, os anos de prática de análise, que já decorreram desde a sua formulação inicial, realizada num estudo do Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, apresentado e discutido numa prova de doutoramento em Arquitectura que teve lugar na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 1995, e posteriormente editado pela Livraria do LNEC (ver Fig. 01).

Salienta-se ser possível aprofundar estas matérias, que contém um desenvolvimento sistemático dos rumos e factores gerais de análise da qualidade arquitectónica residencial, que se devem constituir em objectivos de programa e que correspondem à definição de características funcionais, ambientais, sociais e de aspecto geral a satisfazer para que se atinja um elevado nível de qualidade nos espaços exteriores e interiores do habitat humano.

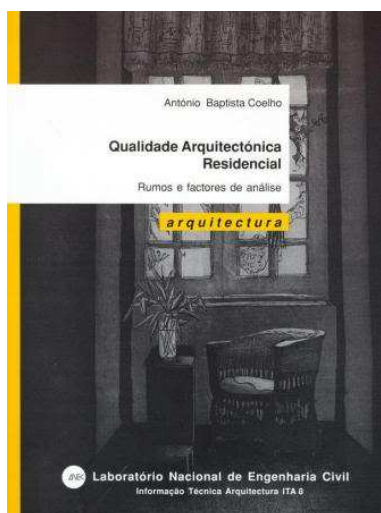


Fig. 01: capa da edição do LNEC " Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, Referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC

http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php

Sublinha-se, no entanto, que a abordagem que se faz, em seguida, às matérias da qualidade arquitectónica residencial e urbana, corresponde ao revisitar do tema, passados cerca de 15 anos do seu primeiro desenvolvimento, e numa perspectiva autónoma, mais pessoal, mais marcada pela prática e razoavelmente distinta, relativamente a essa primeira abordagem.

Em complemento a esta abordagem qualitativa da arquitectura residencial, o autor desenvolveu uma abordagem dos diversos níveis físicos do habitat e as suas relações mais importantes: envolvente da área residencial, vizinhança alargada, vizinhança próxima, edifício residencial, habitação e espaços e compartimentos habitacionais.

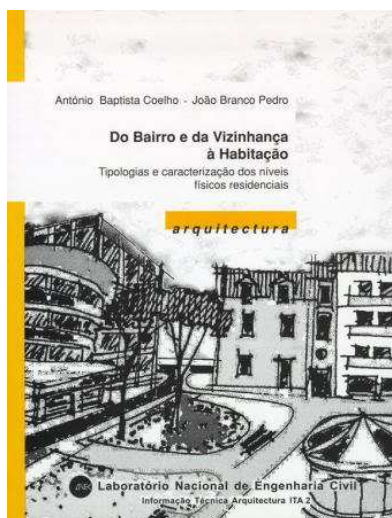


Fig. 02: capa da edição do LNEC "Do bairro e da vizinhança à habitação" - ITA 2, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=53085.php

Habitação e Arquitectura XIII: A apropriação e a arquitectura do habitar

Índice

1. Introdução: habitar com identidade e apropriação
 2. A importância e actualidade da apropriação arquitectónica residencial
 3. Aspectos estruturadores da apropriação urbana e residencial
 4. A apropriação como sentido de clarificação do habitar
 5. Estratégias de apropriação
 6. A apropriação arquitectónica residencial ao nível urbano: um mundo de relações que é matéria de base da concepção
 7. A apropriação nos espaços públicos versus a apropriação nos espaços edificados
 - 1) A apropriação nos espaços públicos
 - 2) A apropriação na vizinhança de proximidade e nas suas relações com os edifícios
 - 3) A apropriação nos espaços edificados
 - 4) Apropriação dos espaços domésticos
 8. Carácter e importância da apropriação
- Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a apropriação arquitectónica residencial
- Notas bibliográficas:

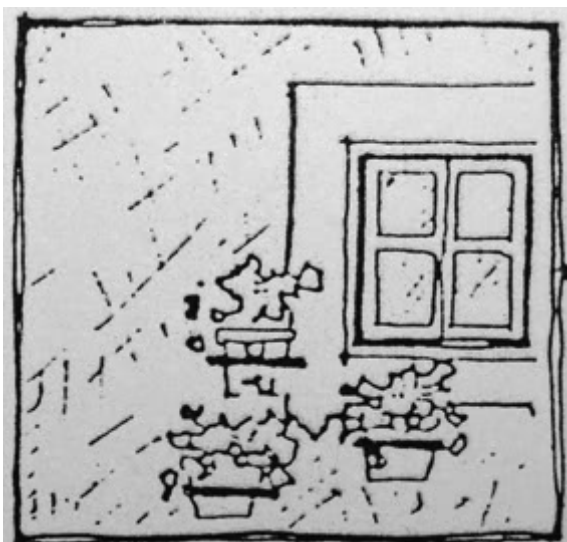


Fig. 03

1. Introdução: habitar com identidade e apropriação

A forma como referimos a “nossa” casa, o “nosso” bairro, a “nossa” rua e a “nossa” cidade é a constatação de que sentimos estes elementos do “jogo da glória” diário que habitamos, como um espaço segmentado mas global, que se estende do espaço doméstico, à rua verdadeiramente habitada, porque por nós marcada e em nós marcante, e mesmo ao mundo, que pode ser também muito nosso, do bairro/cidade que também podemos viver intensa e eficazmente, obtendo nestes espaços públicos o suplemento ou complemento de habitar que nunca nos poderá ser proporcionado pelo espaço doméstico e caracterizando todos estes espaços mais domésticos, mais públicos e de estimulante limiar entre uns e outros, como espaços e ambientes onde para além da racionalidade pode haver e deve haver uma intensa afectividade/emoção, que decorre da capacidade de apropriação e de afinidade/identidade que os podem e devem caracterizar.

Naturalmente estamos a referirmo-nos a um “bom e bem habitar”, bom porque civicamente digno e expressiva e positivamente qualificado, bem porque indutor de satisfação residencial e urbana, mas muitas vezes tais qualidades até existem em partes do “jogo da glória” diário que habitamos, mas estão ausentes de algumas “casas” desse jogo, criando-se assim hiatos críticos ou anomalias, por vezes pouco clarificadas e às vezes perigosamente ambíguas, na fundamental continuidade de sequências urbanas funcionais e de imagem, onde o habitar se deve exercer de forma estrategicamente disseminada e sempre mutuamente compensada, num equilíbrio que se é importante em qualquer faceta qualitativa considerada mais objectiva, se torna crucial em matérias consideradas, basicamente, menos objectivas como é a capacidade de apropriação arquitectónica e residencial de um dado espaço/elemento do habitar, como é: uma habitação; uma circulação comum de um multifamiliar; uma rua residencial; um conjunto urbano ou pequeno bairro; e mesmo uma significativa parte de cidade. E de tudo isto decorre a importância que tem a discussão e o aprofundamento dessas matérias da apropriação arquitectónica e residencial, temas sem dúvida pouco mensuráveis nas correntes e tradicionais unidades de medida, mas determinantes na satisfação com o nosso habitar,

E assim se entende a força e a pertinência de “A Viela de Midaq”, no Cairo, que é descrita por Naguib Mahfouz, da seguinte forma: *«Embora a Viela de Midaq exista em*

quase completo isolamento de toda a actividade circundante, continua a aspirar a uma vida própria, distinta e pessoal.» (1) Uma viela que está também presente, por exemplo, em muitos sítios das nossas Mouraria lisboeta e Ribeira portuense, mas que também marca os excelentes impasses “sociais” de Alvalade e Olivais Norte, em Lisboa, num exemplo de que a apropriação arquitectónica e residencial se faz, essencialmente, com boa arquitectura, boa de desenho e de viver, e que abarca muitas opções formais e funcionais.

E naturalmente que a apropriação se vive, basicamente, nos espaços domésticos e nas “casas” que nos “falam”, que nos marcam, que respiram connosco e nos amparam no dia-a-dia, de certa forma ampliando a nossa “personalidade pessoal e familiar”

E faz sempre falta este sentido de habitar, esta afectividade, esta marca de sentimento, que tem de ser tão forte como a marca funcional, se não teremos como resultado, no melhor dos casos, uma máquina de habitar, que nunca fará verdadeiro sentido – e tantas vezes uma máquina muito pouco perfeita.

Apenas para se ter bem presente a força dessa apropriação sentimental do espaço doméstico faz-se, aqui, uma curta citação do bellissimo livro de Sándor Márai, intitulado “As velas ardem até ao fim” (Lisboa, Dom Quixote, 2005, p. 23): «O palácio encerrava tudo, como um grande túmulo ornamentado, ... Encerrava em si também o silêncio ... E encerrava a memória ... Sentia-se nos puxadores das portas o tremor duma mão, a emoção dum momento passado quando a mão hesitava em puxar essa maçaneta. Todas as casas onde a paixão tocou as pessoas com a sua força arrebatadora se enchem desse conteúdo obscuro.»

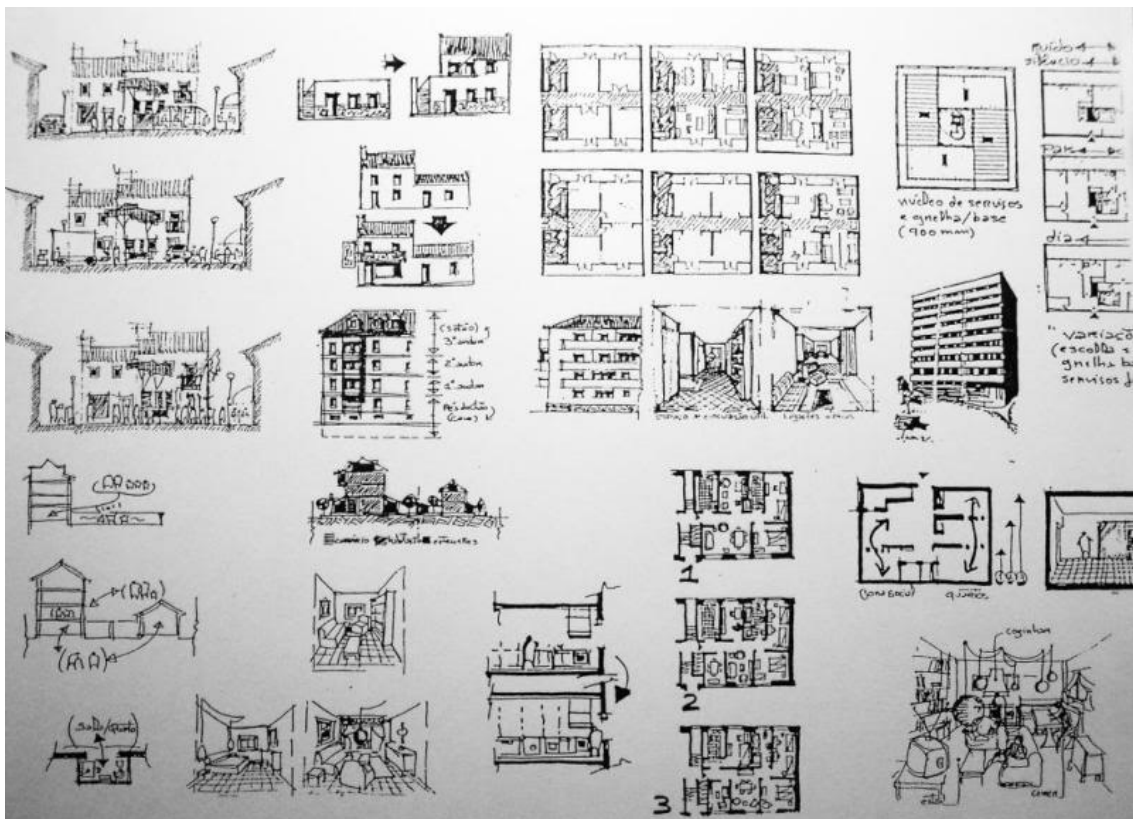


Fig. 04

2. A importância e actualidade da apropriação arquitectónica residencial

Apropriar um dado espaço/elemento do habitar passa por nele desenvolver a significação e a consequente identificação, tornando-se esse espaço/elemento próprio e “único”, “à medida” das nossas necessidades e gostos específicos.

A apropriação, muito a montante do próprio acto de tomar como seu um dado espaço, passa pelo marcar e territorializar espaços e elementos, através do desenvolvimento e aprofundamento da afinidade sociocultural e da identificação com o espaço de habitar nas suas diversas dimensões físicas. A apropriação refere-se, assim, à acção de tornar próprio e a si adaptado um dado elemento residencial e depende do desenvolvimento de fortes sentimentos de identificação com esse elemento e da conveniente marcação dessa identificação.

A adaptabilidade é a parceira a apropriação. Adaptar é muitas vezes apropriar e a apropriação depende, frequentemente, da capacidade de adaptação. Salienta-se, no entanto, a importância da apropriação numa realidade urbana e habitacional tão marcada por negativas condições de anonimato, repetição de elementos e massificação. E é também determinante quando se procura, ao nível da agregação de habitações e dos próprios espaços domésticos, a melhor adequação a diversos grupos socioculturais, diversos tipos de agregados e variados tipos de usos domésticos. Trata-se, afinal, de (poder) sinalizar, de alguma forma, o espaço urbano que diariamente se habita e de (poder) marcar ou moldar os nossos espaços domésticos; e tantas vezes tais condições são totalmente inexistentes, quando não expressivamente combatidas, num primado do anonimato e da subjugação da individualidade a um sentido urbano unitário sem qualquer marca de humanidade e de sensibilidade.

Assim deveria ser, e assim é, ainda, felizmente, em muitas zonas urbanas deste planeta, mas, tal como refere Mike Greenberg (2), quantas zonas citadinas já se tornaram rígidas, auto-dependentes, terras de ninguém suburbanas, e áreas centrais decrépitas, porque a vida urbana se refugiou em casa ou nos pólos comerciais? E aqui é bem evidente a falta que faz uma vizinhança de proximidade que oferece uma extensão pública, mas amigável, abrigada, e com carácter doméstico, e também um “degrau” inicial na movimentação urbana. E além de tudo isso, e como já atrás se apontou, pode e deve oferecer identidade e uma equilibrada capacidade de apropriação, portanto as bases primárias da humanização do habitar.

No entanto há que sublinhar que a apropriação deve ser, sempre, mitigada, quer pela consensualidade e dignidade urbanas, quer pela defesa do valor de uso e patrimonial de cada habitação, quer pelo cuidado e combate à apropriação incivilizada de espaços comuns e públicos, caracterizada por verdadeiras acções de vandalismo – por exemplo, *grafitis* não previstos e sem qualidade artística - e por comportamentos, realizados em espaços comuns e públicos, que sejam nocivos para a boa convivência entre diferentes grupos socioculturais – por exemplo, usos e comportamentos marcados por uma apropriação excessiva de espaços e elementos comuns e públicos, que afecte o seu uso por parte dos seus utentes ou que sejam mesmo intrusivas do bem-estar habitacional de parte dos seus utentes (a velha e adequada questão de a liberdade de uns acabar onde começa a liberdade de outros).



Fig. 05

3. Aspectos estruturadores da apropriação urbana e residencial

Em termos gerais e práticos a apropriação pode ser: (i) jurídica; (ii) física, por estruturação clara, identidade forte, charneiras claras, relações forte com sítios e pessoas ou entidades, e níveis físicos distintos e mutuamente compensatórios; (iii) sentimental, por existência de uma escala socioculturalmente adequada, materiais não agressivos, níveis físicos directamente relacionados com os seus habitantes e subespaços diversificados mas unificados; e (iv) criadora, sendo neste caso activa ou, no mínimo, assegurada pela capacidade de escolha entre diversas soluções.

A estruturação da apropriação arquitectónica residencial é favorecida, consoante os diversos níveis físicos, respeitando-se os seguintes tipos de orientações globais e razoavelmente objectivas de concepção:

No exterior urbano por: clareza e orientação; ordenamento por pólos e limiares, transições e sequências pontuadas por elementos de surpresa; variabilidade razoavelmente controlada no sentido de uma identidade global marcante; dinamização de diversas introduções de verde urbano, nas suas mais diversas expressões (o prazer dos espaços e elementos verdes contrastando com o meio urbano; e o prazer de tratar e ver crescer).

No edifício por: simbolismo através de elementos evocativos fundidos numa estratégia de necessidades, exigências e raízes locais; relações entre edifícios e habitações sugestivas e afeiçoáveis, mutáveis pelos próprios; reconhecimento e identificação fortes nas imagens propostas

Na habitação através do expressivo apoio ao desenvolvimento de “cenários” domésticos: criativos, porque suscitando ou incitando uma apropriação diversificada em termos de arranjo geral/”decoreação” e de acção intensa em termos de integração de elementos “personalizadores”/identificadores (por exemplo, uma porta de entrada marcada por um elemento de identificação, que não quebre o aspecto comum ou público do conjunto); diversificada e intensamente mobiláveis; evocativos e “dialogantes”; marcantes/marcáveis, designadamente, por elementos não totalmente determinados; que acolham positivamente a instalação de recantos pessoais estimulantes e expressivamente personalizáveis; associados a uma pormenorização que favoreça ambientes “ricos” e claramente organizados; e variadamente ligados à integração de elementos “verdes” - por exemplo, em quintais e pátios, em floreiras e canteiros, e em espaços adequados à

instalação de vasos.

Mas não é, naturalmente, fácil “programar” um adequado “grau” de apropriação num dado elemento do habitar, pois a apropriação arquitectónica e residencial depende do desenvolvimento de fortes sentimentos de identificação com determinados elementos gerais e de pormenor e da conveniente marcação dessa identificação e/ou tomada de posse; devendo servir à definição dos vários territórios residenciais, com relevo para as unidades habitacionais/fogos, e à sua respectiva "defesa" ou marcação face às suas envolventes em geral e às unidades de vizinhança ou condomínios em particular.

No sentido que é, assim, apontado, a apropriação deve marcar o habitat em termos de comunicação de imagens bem conhecidas e até de certos elementos simbólicos, definindo claramente territórios pessoais e de grupos familiares ou de vizinhança, recheando os espaços residenciais com significados próprios e íntimos, exibindo o que se toma de propriedade e proporcionando estados de consonância e harmonia entre as características socioculturais dos sujeitos/habitantes e os seus respectivos meios físicos e ambientais de residência. E, tal como refere Norberg-Schulz, essa comunicação baseia-se em sistemas de símbolos comuns, ligados a exemplos-tipo de comportamentos ou formas de vida comuns, levando ao desenvolvimento de um sistema de reacções/expectativas conhecidas face a um dado signo. Uma mensagem significativa pressupõe a utilização de sistemas de símbolos relacionados com sistemas de expectativas, embora contendo um certo conteúdo de surpresa, mas que nunca poderá desiludir totalmente a expectativa criada (3).

Chegámos então ao reduto menos mensurável mas talvez mais efectivo da apropriação do habitar, onde lidamos com o sentido e o carácter que cada um atribui ao espaço onde habita ou onde desejaria habitar e aqui temos de considerar que, tal como aponta Claire Cooper Marcus, *«A casa pode ser um quarto ou uma habitação completa...e também pode ser um estado de espírito. Sentir-se em casa é sentir-se confortável, à-vontade, relaxado, rodeado, talvez, por aqueles que realmente nos percebem e se preocupam connosco... Para o homem-santo errante, estar em casa pode ser estar em qualquer parte do mundo, em quaisquer condições. Mas para a maioria de todos nós, seres humanos menos evoluídos, a existência de uma habitação permanente, onde nos possamos enraizar é, tanto uma componente necessária de segurança física, como uma expressão psicológica muito significativa de quem nós somos»*(4).

Mas não tenhamos dúvidas de que não sendo esta faceta qualitativa de um forte potencial de capacidade de apropriação nas soluções domésticas e suas envolventes directas, directamente mensurável ela conta e muito na oferta de soluções de habitar que nos motivem e com as quais teremos forte afinidade; e este é um tema que tem muito que se lhe diga em termos de matéria de desenvolvimento, designadamente, quando se procura e se consegue harmonizar uma forte apropriação pessoal com um claro sentido de vizinhança e/ou de bairro.



Fig. 06

4. A apropriação como sentido de clarificação do habitar

No edifício e considerando o seu potencial de apropriação, é importante que ele se evidencie como integrado num conjunto de espaços arranjados e vivos, confortáveis e limpos, expressivamente seguros em relação a visitantes e a intrusões, e apoiando o relacionamento social e a comunicação com o meio exterior envolvente; desta forma podemos concluir que estaremos “em paz” com o nosso sítio de habitar e poderemos estar disponíveis para avançar na sua apropriação sentimental, que irá utilizar, até, motivos práticos dessa ordem no seu desenvolvimento e justificação – é um pouco a ideia de que nos apropriamos mais daquilo que tem qualidades objectivas, mas, naturalmente, a própria apropriação é uma qualidade que irá veicular essas matérias mais objectivas.

Ainda no edifício, mas agora na nossa célula doméstica, a questão de haver um bom potencial para mobilar é uma condição de grande importância na apropriação residencial, pois mais espaço para encostar móveis permite um historial e uma sequência de acumulação de elementos que passam a integrar a história das nossas vidas, possibilitando, ainda, a importante integração de mobiliário antigo e patrimonial, numa relação directa com o dar prova de vida diária a essa história familiar – matéria essa de grande importância e que, como outras, tem sido claramente desprezada; e ainda devemos apontar que proporcionar esse espaço “suplementar” para mobilar dá-nos também a possibilidade, igualmente apropriadora, de não mobilar numa opção por

espaços mais racionais e/ou minimalistas.

Na envolvente urbana e numa perspectiva idêntica de garantir condições básicas e adequadas de vivência para deixar campo de desenvolvimento às relações de apropriação, há que proporcionar o máximo de segurança, proporcionar conforto nas deslocações e na estadia no exterior, cuidar da proximidade a transportes colectivos e a equipamentos comerciais, ter em conta as misturas socioculturais, induzir ao desenvolvimento de relações de vizinhança e, naturalmente, facilitar e apoiar o conhecimento da envolvente urbana próxima e das relações com a cidade. E tudo isto nos irá dispor, melhor, para a apropriação sentimental do nosso sítio de vida.

Luís Soczka, num trabalho do LNEC (já de 1984), refere que «... vários estudos levam a crer que o sentimento de perda de identidade e o anonimato percebido levam a reacções emocionais negativas na situação de adensamento populacional, constituindo assim um importante factor de stress e um precipitador das respostas agressivas ...» (5), e este autor defende que a concentração populacional não é um indicador objectivo, como a densidade habitacional, mas sim um indicador psicológico que resulta, subjectivamente, da percepção da densidade populacional como excessiva. E finalmente, e no mesmo trabalho do LNEC, Soczka aponta as características espaciais que considera poderem potenciar condições de segurança urbana, que agora, se sugere, que, a título de uma pequena experiência, sejam consideradas essencialmente numa perspectiva de clarificação e conformação de espaços e conjuntos de espaços urbanos potencialmente mais apropriáveis, mais sentidos como “seus” pelos respectivos habitantes:

- Orientação e localização fáceis.
- Observação da movimentação dos outros.
- Prevenção dos encontros por "fuga", interdição de acesso ou camuflagem.
- Espaços rectangulares apenas abertos unilateralmente, ou abertos multilateralmente, mas sobrelevados.
- Encerramento espacial bilateral, conjugado com a possibilidade de observações fáceis dentro de um espaço geométrico muito regular, estruturado por eixos perpendiculares entre si.
- Ao nível concreto dos espaços de circulação e de uso comuns, serão de evitar, segundo o citado autor, galerias e zonas muito extensas.

Em todas estas matérias há que ter em conta que o arquitectar do habitar deve poder dizer muito aos respectivos habitantes e de uma forma estrategicamente clara e algo directa, sendo assim veículo privilegiado da apropriação que estes poderão desenvolver relativamente aos seus espaços de vida diária, registando-se, agora, e através de uma citação da “Arquitectura Vivenciada” de Steen Eiler Rasmussen, que nessa perspectiva vale a pena visar uma preocupação formal muito chegada ao utente da arquitectura e, mesmo, um desenho de arquitectura muito marcado pela percepção humana: «A arquitectura é produzida por pessoas comuns para pessoas comuns; portanto deve ser facilmente compreensível a todas as pessoas. Baseia-se num certo número de instintos humanos, de descobertas e experiências comuns a todos nós num estágio muito precoce das nossas vidas.»(6) (p. 13). E não é possível deixar de comentar que é mais uma daquelas afirmações que, tanto nos ajuda na construção de um bom habitar, como abre mais um caminho de investigação e discussão.



Fig. 07

5. Estratégias de apropriação

São os seguintes os tipos de apropriação segundo Claire e Michel Duplay (7):

(i) Jurídica, relacionada com a durabilidade do bem imóvel.

(ii) Sentimental (ocupando quotidianamente um espaço, carregá-lo de afectividade e de sensação de "espaço vivido"), relacionada com a caracterização/personalização da arquitectura:

- Escala conforme aos hábitos culturais;
- Materiais sem agressividade (e com reminiscências culturais);
- Conjunto de pormenores que respondem cada um deles a uma necessidade de uma pessoa ou de um grupo (ex., fogos diferentemente caracterizados, mas unificados num agrupamento também fortemente caracterizado);
- Espaços habitacionais relativamente complexos; "o volume habitável do fogo deve permitir diversas actividades, responder a desejos variáveis e criar ambientes diferentes; um espaço complexo, composto por subespaços variados, oferecerá ao habitante possibilidades acrescidas de apropriação".

(iii) Criadora (agir sobre o quadro construído, modificando-o, de modo a nele exprimir as suas necessidades e a sua personalidade), relacionada com as características do sistema construtivo e nomeadamente com:

- A neutralidade entre os espaços e os fluídos que os atravessam.
- A capacidade de adaptação e de evolução.
- A existência de uma base arquitectónica forte e com aspecto durável (que incita à apropriação criadora mais facilmente do que uma base neutra).

(iv) Reflectindo um pouco mais sobre a apropriação jurídica/legal do habitar e do espaço urbano, esta é matéria que tem hoje em dia aspectos de grande ambiguidade e com importantes reflexos no bom uso da cidade e na satisfação no decurso desse uso, pois cada vez mais "habitamos" espaços de uso público, mas com estatuto privado e regras de uso específicas, como é o caso dos Centros Comerciais, mas também de condomínios residenciais que integram zonas comerciais e de serviços com esse tipo de estatuto.

Nestas áreas provavelmente a apropriação pelo utente será mesmo proibida ou então sujeita às tais regras específicas, que, por exemplo, até proibem as simples fotografias.

No entanto este tipo de soluções proporcionam excelentes respostas em termos de gestão diária eficaz e de vigilância contínua com ligação potencial a um rápido pedido de intervenção da polícia.

Teremos, assim, menos ou nenhuma apropriação, mais regras de uso, menor liberdade de uso, e boas condições de gestão corrente e de segurança, sendo que, habitualmente, os responsáveis por estas estruturas tentam suprir o eventual deficit de apropriação criadora com uma oferta de elementos visuais e cenários que estimulem o uso. Mas não podemos deixar de referir que tais condições talvez não sejam muito adequadas a ambientes residenciais e até a um certo sentido de civilidade e de carácter público, o que poderá talvez poder evoluir para uma regulamentação específica destes espaços, quando marcados por uma forte faceta residencial e/ou quando muito urbanos.

(v) Reflectindo um pouco mais sobre uma apropriação sentimental, que seja capaz de assegurar o carregar de afectividade e de sensação de "espaço vivido" determinados espaços e elementos do habitar, julga-se que esta matéria terá muito a ver com as temáticas do "aspecto", ou "visualidade" que devem marcar os diversos níveis físicos do habitar., que serão abordadas no capítulo seguinte deste estudo, em termos das temáticas de atractividade, domesticidade e integração, portanto numa forte relação com a caracterização e mesmo com uma relativa "personalização" da arquitectura residencial e urbana.

No entanto aqui já se sublinha, quer esta radicação de múltiplas matérias da(s) qualidade(s) de "aspecto" da arquitectura residencial, nas temáticas da apropriação e da identidade ou afinidade sentimental, quer a actual redescoberta destas matérias como fundamentais nos mecanismos de satisfação dos humanos relativamente aos espaços onde vivem e agem, num decidido virar de página, relativamente ao "período negro" em que só valia a função, ou quando muito, e também, uma forma que seguia a função; e depois, durante o curto pós-modernismo, uma forma desligada de muita coisa e ligada a símbolos supostamente universais mas tantas vezes estranhos à maioria daqueles que com eles iriam conviver no dia-a-dia.

Talvez que esta descoberta da importância do sentimento e da sensibilidade na qualificação da cidade e do habitar, seja uma via para a sua rehumanização, que passe por melhores escalas de intervenção, soluções mas calorosas e sensivelmente bem integradas, funcionalmente mais adequadas em termos de pormenor, assim como mais ricas em termos funcionais e de aspecto; e não tenhamos dúvidas que trabalhar com todas estas ferramentas e/ou facetas da concepção exige muito de quem projecta, e não se está a "falar por falar".

(vi) Finalmente, ao reflectirmos, um pouco mais, sobre a apropriação criadora da cidade, da vizinhança, do edifício e do espaço doméstico, não sabemos bem que conclusões tirar, pois enquanto por um lado quanto mais criarmos quando nos apropriamos, quanto mais nos ligamos aos respectivos espaços e elementos que marcámos, por outro lado um tal caminho pode comprometer o sentido unitário, a sobriedade de imagem e o sentido cívico, que são, como bem sabemos, fundamentais, seja para um caminho positivo na gestão e uso urbanos, seja até para uma adequada apropriação "pública" ou "comum" de dados espaços e elementos do habitar por certos grupos de habitantes.

E não podemos esquecer o que uma má conduzida apropriação criadora da cidade edo habitar pode produzir em termos da criação de verdadeiras anomalias e dissonâncias de imagens urbanas, sendo o exemplo mais corrente e grave a proliferação selvagem de "marquises".

E temos bem presente que não é nada fácil controlar a apropriação criadora do habitar dentro de fronteiras e normas pré-estabelecidas; pois quando se permitem e incentivam determinados tipos de acções a tendência é sempre ultrapassar os limites definidos; e além disso há grupos socioculturais caracterizados por uma fortíssima tendência de apropriação, frequentemente realizada de forma extremamente lesiva das respectivas imagens urbanas e mesmo da liberdade de uso dos espaços pelos restantes habitantes (é o caso bem conhecido das famílias de etnia cigana).

Sendo assim, provavelmente, a resposta é uma apropriação criadora possível e incentivada em determinados espaços e elementos perfeitamente delimitados, sendo total e radicalmente excluída dos restantes espaços e elementos, através de regulamentos e acções rápidas que anulem as acções indevidas e responsabilizem financeira e legalmente quem não cumpra esses regulamentos.

Naturalmente que uma atraente neutralidade formal dos espaços e elementos urbanos e residenciais, desenvolvida numa base arquitectónica forte e com aspecto durável, é por si própria uma base positiva de empatia para com os habitantes, constituindo-se num pano de fundo sobre o qual são razoavelmente bem aceites acções equilibradas de apropriação criadora. Mas navegamos aqui em matérias muito sensíveis, difíceis e discutíveis e, novamente, apenas trabalháveis no âmbito de projectos de arquitectura bem qualificados e que não estão ao alcance de todos os projectistas.



Fig. 08

6. A apropriação arquitectónica residencial ao nível urbano: um mundo de relações que é matéria de base da concepção

A apropriação é, assim, difícil, complexa e sensível ao nível urbano, mas quando é aí conseguida torna-se veículo privilegiado de uma importante caracterização arquitectónica residencial, que alia aspectos de desenho com a satisfação dos habitantes. A este título citam-se alguns comentários de uma equipa do Centre Scientifique et Technique du Bâtiment sobre o que estes investigadores pensam do miolo “social” do bairro Alvalade, em Lisboa, relativos a um estudo desenvolvido em colaboração entre o CSTB e o LNEC: (8)

«C'est un urbanisme qui réussit à articuler et à hiérarchiser, sur une grande échelle urbaine, les différents espaces – des avenues aux impasses, et des espaces les plus publics aux espaces les plus privés. Il est surprenant que cet exemple ne soit pas valorisé davantage, dans la littérature professionnelle internationale; il représente en effet une forme idéal typique de la ville urbaine moderne, comparable à celle élaborée par Haussman à Paris ou par Cerda à Barcelone.

A propos de l'Alvalade il faut d'abord parler du plaisir de la déambulation au hasard des avenues et des rues, jusqu'au coeur des îlots. Nous avons retrouvé ce plaisir typiquement urbain du promeneur qui flâne, erre, découvre un lieu inconnu, se laisse surprendre au milieu d'une placette aux allures villageoises, par la diversité des porches, par les mille détails de modénature, par l'échappée visuelle sur un clocher, par l'ambiance champêtre d'un jardin, puis par l'animation d'une grande avenue et qui se prend à rêver qu'il pourrait lui aussi vivre dans cet appartement dont la fenêtre est

ouverte et dont s'échappe une odeur de cuisine qui lui évoque des souvenirs... Peut-être est-ce là un indice subjectif, mais néanmoins bien réel, de la qualité d'un quartier: la capacité du promeneur à s'imaginer habitant le lieu et à l'investir?.»

É assim mesmo o habitar. É e tem de ser cumprido como um verdadeiro programa existencial, como se fossem três dimensões de habitar(es) interactuantes e complementares: público e colectivo – dos espaços da cidade aos espaços íntimos mas abertos das vizinhanças – e privado, nos espaços da casa.

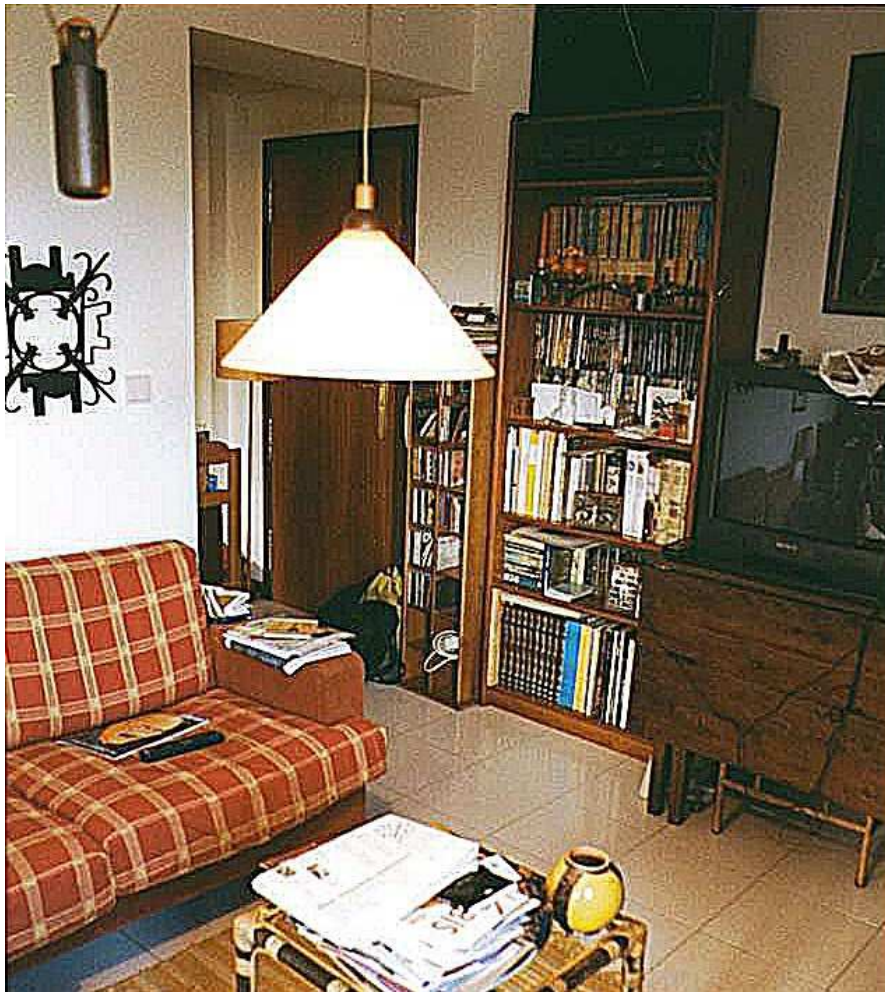


Fig. 09

7. A apropriação nos espaços públicos versus a apropriação nos espaços edificados

A apropriação é uma qualidade de caracterização e mesmo marcação espacial dos espaços públicos, enquanto nos edifícios e para lá desta caracterização e marcação tem fortes ligações com os factores de aspecto do edificado e com a organização e conteúdo específico dos espaços comuns e, essencialmente, das áreas domésticas; onde se poderá permitir ou mesmo incentivar desde a simples mas forte apropriação pela capacidade de mobilar até à apropriação que seja “espelho” da nossa vida e dos nossos interesses (para uma e outra há que ter condições espaciais e ao nível dos acabamentos).

Há, assim, dois níveis distintos de apropriação sendo o primeiro, necessariamente, consensual e potencialmente influenciador de noções de comunidade e pertença e o segundo privado e pessoal; desta dualidade nascem frequentes clivagens entre imagem pública e espaços exteriores privativos ou privatizados (ex. pequeno jardim apropriado na Encarnação/Lisboa).

Trata-se assim de matérias bem distintas: a apropriação activa e livre que podemos e devemos exercer no nosso "recanto" pessoal doméstico e que poderá estender-se pelo nosso mundo doméstico (embora num desejável equilíbrio com a força apropriadora dos outros membros da família); a apropriação que pode marcar o nosso edifício e a nossa vizinhança, caracterizando-os e identificando-os como "únicos" e bem localizáveis, embora agradavelmente idênticos a outros edifícios e vizinhanças que constituem as essenciais sequências e continuidades urbanas; e o sentido de apropriação cívica e caracterizada que deve marcar os espaços públicos que integram e evidenciam a estrutura e o ordenamento da cidade.

1) A apropriação nos espaços públicos

Apropriar um espaço urbano dinamizado é, essencialmente, poder usá-lo, sempre, em liberdade e com agrado. Apropriar um espaço de vizinhança de proximidade já implica o estabelecimento, com esse espaço, de relações sentimentais e mesmo físicas específicas. Passa-se assim de uma relação mais solta para outra mais forte, mais territorializada e empenhada; relação esta que poderá aceitar, ainda, situações de muito mais intensa e personalizada apropriação em espaços exteriores privativos contíguos a edifícios, desde que salvaguardada a respectiva imagem pública. Nota-se no entanto que este potencial crescendo de apropriação nunca deverá arriscar a consensualidade do carácter das vizinhanças próximas, que deverão ser sempre assumidas como espaços públicos de vizinhança, portanto claramente ordenados, dignos e com imagens estabilizadas.

Em toda esta matéria, e tal como refere Hertzberger (1991) (9), não deveria ser possível esquecer que “a providência mais elementar para capacitar as pessoas a se apossarem de seu ambiente imediato é provavelmente o assento (sentar-se tem tudo a ver, linguisticamente, com assentamento); um lugar para sentar oferece uma oportunidade de apropriação temporária ao mesmo tempo que cria circunstâncias para o contato com os outros.”

2) A apropriação na vizinhança de proximidade e nas suas relações com os edifícios

Apropriar um espaço de vizinhança de proximidade implica o estabelecimento, com esse espaço, de fortes relações sentimentais e mesmo físicas, por vezes, podem ter até características de intimidade e de participação na sua gestão, no seu arranjo e na sua manutenção e que passam, sempre, por afinidades com o seu aspecto, o seu tratamento, o seu conteúdo funcional e a sua forma de delimitação e marcação.

Tais espaços de vizinhança próxima devem ser investidos em termos de uma clara qualidade de projecto e de execução, pois são espaços muito próximos do nosso olhar directo e do olhar a partir das nossas habitações, sendo diária e intensamente usados. Tal como indica Luís Soczka (1984) os espaços de vizinhança próxima «.,, não são tão privados como a casa de cada um, nem tão públicos como uma estação de comboios,

são os espaços dos «nós», onde uma micro-comunidade assente na teia cúmplice das vizinhanças constrói uma identidade colectiva e actuante como suporte social no quotidiano, tal como nas aldeias.» (10)

Escreveu a Prof.^a Sheila Ornstein (1996): *«Análises, diagnósticos, prognósticos e recomendações – do impacto ambiental de empreendimentos de grande porte, até à microavaliação pós-ocupação de ambientes específicos – pautados em um conhecimento profundo da realidade urbana, através de levantamentos de campo que possibilitem a geração de bancos de dados e indicadores de qualidade dos inúmeros objetos arquitetónicos e urbanos concebidos e construídos nas últimas décadas, certamente contribuirão, de modo realimentador, na formulação de programas de manutenção, uso e operação destes objetos, bem como no estabelecimento para diretrizes de projetos semelhantes.» (11)*

E a partir de uma interessante aplicação da Avaliação Pós-Ocupação (APO) no exterior público, Sheila Ornstein, integrando uma equipa que incluiu também a Prof.^a Gilda Collet Bruna e a Prof.^a Catharina dos Santos Lima, retira um conjunto de úteis conclusões em termos da adequação e da humanização do habitar, que muito têm a ver com aspectos de apropriação (1994): (12)

«Há nos meios académicos e de pesquisa, uma controvérsia no que concerne à escolha de métodos quantitativos e qualitativos... foi possível verificar a relevância e o alcance de ambos, que longe de serem excludentes, são complementares. A leitura do ambiente construído efetuada pelo usuário pode ser confrontada com outras leituras, entre elas a do próprio pesquisador ou técnico especializado.

As crianças e os adolescentes são igualmente usuários do ambiente construído, sendo alguns espaços projetados especialmente para eles. No entanto, consulta-se quase que exclusivamente a população adulta sobre seus desejos e necessidades.

A percepção e a apresentação do ambiente construído podem variar de acordo com inúmeros factores, entre os quais circunstâncias culturais e psicológicas... o espaço externo é, mais do que o interno, susceptível às mudanças ambientais, tais como intempéries ... e horário do dia. Considerando a finalidade de lazer... o espaço externo também sofre uma mudança radical na sua ocupação em função do dia da semana.»

3) A apropriação nos espaços edificados

Nos edifícios é muito sensível o equilíbrio entre apropriação e carácter neutral dos espaços do condomínio. Há no entanto aspectos objectivos e esclarecedores sobre as más influências dos grandes condomínios e sobre a grande capacidade de apropriação privada e comum dos pequenos conjuntos de fogos dispendo de amplos espaços comuns (do condomínio “hospitlar” ao condomínio “extensão exuberante dos mundos domésticos).

Cumulativamente a estes aspectos e fazendo ponte com a privacidade há todo um aprofundamento que é preciso fazer das questões de acesso comum e acesso privativo directo ao exterior (público ou comum) e que se conjugam com as possibilidades de se desenvolver uma forte mas equilibrada apropriação. Ao nível da relação dos edifícios com a envolvente e para além das marcações dos pólos funcionais e de acesso (as zonas

de entrada são pólos fundamentais de apropriação) é possível fazer transparecer, mais ou menos, a presença e o carácter dos espaços habitados sobre a sua envolvente (por exemplo, através de varandas, sacadas, floreiras e mesmo vãos de janela espessos e fortemente habitados).

4) Apropriação dos espaços domésticos

Ao nível dos mundos familiares e privados a apropriação é qualidade central e muito positiva, que abrange desde a capacidade de mobilar à possibilidade de “habitar” e personalizar desde os mais pequenos recantos às misturas funcionais nos compartimentos; e tudo isto se pode ganhar ou perder no projecto de pormenor e nos acabamentos.

Num trabalho desenvolvido cerca de 1985, Clare Cooper Marcus e Wendy Sarkissian (13) realizaram uma investigação com base em técnicas de APO e que visou a identificação e apresentação, para apoio ao projecto, de tipologias habitacionais de média densidade consideradas pelos habitantes como as mais desejáveis. Posteriormente (1995) Cooper Marcus realizou uma verdadeira APO em diálogo com 60 pessoas, e pormenorizada ao longo de um muito significativo período de 10 anos (14), dirigida para o aprofundado conhecimento de como estas pessoas trataram a ideia da casa e de como isso se ligou, por exemplo, com as respectivas memórias de criança, escolhas de casas, ligações mais ou menos intensas com as casas, e relações das casas com a identidade de cada um; isto numa perspectiva fundada na ideia de Carl Jung de que a casa de cada um é espelho do modo de ser profundo de cada um e dos seus desejos e emoções.

E será, assim, portanto, fundamental que o espaço doméstico ofereça, em termos de espaciosidade, dimensionamento, conforto e estruturação funcional, o máximo de condições de versatilidade e de adaptabilidade, capazes de aceitarem e servirem, positivamente, o maior número de identidades, desejos e emoções dos seus potenciais habitantes; uma forma directa de isto poder acontecer é haver um máximo de condições domésticas de arrumação e de integração de mobiliário - matérias que podem ser validadas em termos quantitativos -, o resto tem de se resolver, novamente, pela qualidade intrínseca do projecto.



Fig. 10

8. Carácter e importância da apropriação

A apropriação é uma qualidade actualmente básica, que faz ponte entre aspectos mais objectivos da qualificação arquitectónica residencial, como a adaptabilidade, o convívio, a privacidade, a espaciosidade e a acessibilidade, e outros menos objectivos como a capacidade de atracção e de caracterização residencial dos espaços do habitat humano; afinal apropriamos o que nos atrai e sentimos atracção, também, porque podemos apropriar e identificar-nos com certos ambientes, espaços e pormenores.

As cidades não são feitas para serem “viveiros” de edifícios e/ou de circuitos de automóveis, as cidades são feitas para os homens, e por isso se devem humanizar. Ora uma das matérias cuja sensibilidade e cujo interesse nesta área são provavelmente maiores, está identificada na questão de para quem se deve construir um habitar e um bairro humanizados, para o cidadão comum, no pleno uso das suas condições físicas, ou para todos, e atente-se que esta totalidade é, cada vez mais, integrada pelo grande grupo dos idosos ou dos cidadãos seniores, como actualmente começam a ser designados.

Um outro aspecto que tem de integrar a própria matéria constitutiva da apropriação

urbana e residencial é que tal apropriação não se pode fazer apenas para um cidadão "médio" e na prática inexistente, mas tem de contar, sim, com os principais grupos sociais e com os mais sensíveis, visando-se, assim designadamente, as crianças e os idosos.

As cidades amigas das crianças e dos idosos devem proporcionar, como aspectos básicos dessa amizade, nos seus espaços públicos, condições específicas e adequadas de segurança, acessibilidade, funcionalidade, conforto e capacidade específica de apropriação, naturalmente reforçada na vizinhança das habitações. É extremamente interessante salientar que esta ligação entre crianças e idosos está neste momento a ser explorada por exemplo no Japão através da acção voluntária e naturalmente enquadrada dos idosos nos equipamentos de apoio à infância.

Tal como é defendido pelo Growing Up in Cities Project (15) é fundamental perceber o melhor possível, ainda que gradualmente, o modo como as crianças e os jovens apreendem, usam e valorizam o seu ambiente local e as formas como esse ambiente pode incentivar ou inibir o seu desenvolvimento como indivíduos e como cidadãos.

Mas ao traçarmos o "bilhete de identidade" fundamental da apropriação urbana e arquitectónica, não poderíamos deixar de evidenciar a importância da arte urbana.

Não será apenas pela arte que o espaço urbano habitado se humanizará; isto é, julga-se, bem evidente! Mas é também com a arte que a humanização marca o habitar; depois poderemos passar para uma discussão sobre que arte será a mais adequada ou, até, se faz sentido colocar uma tal questão – pessoalmente acho que sim, que faz todo o sentido e já agora lembremos os poucos bairros onde se integrou arte, de uma forma mais ou menos discutida, e os tantos bairros onde a arte não está presente. E devemos atender a que a arte pública é um precioso elemento de reforço das comunidades locais e das cidades; sempre assim aconteceu e não há razão para que não continue a ser utilizada cuidadosamente nesse sentido, tal como indica Elisabeth Strom (16).

Numa obra recente (2004) (17) Yi-Fu Tuan aponta que, tal como uma pintura, uma fotografia, um poema, uma novela, um filme, uma dança ou uma peça musical, um sítio pode conter fontes de força e de identidade. E Tuan refere que há muito em comum entre lugar, arte e identidade. Tal como aponta Tuan um lugar pode conter fontes de dinamização de identidade, tal como uma qualquer peça de arte, e o lugar e arte podem cooperar no apoio ao desenvolvimento da nossa identidade; Tuan desenvolve a ideia de apropriação através de identificação com o lugar e com a arte pública e defende a importância dessa apropriação na modelação da identidade humana, ou mesmo na "alimentação" dessa identidade.

Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a apropriação arquitectónica residencial

Em termos de reflexão geral apuram-se, para já, os seguintes aspectos.

A apropriação urbana e residencial facilitada por adequadas soluções de Arquitectura é, provavelmente, um dos principais caminhos de uma urgente rehumanização das nossas cidades, dos nossos bairros, das nossas vizinhanças e dos edifícios onde vivemos.

A apropriação arquitectónica de determinadas soluções de habitar marca fortemente muitas imagens de cidades e edifícios com uma força tal que por vezes nem são precisas imagens reais, pois as palavras chegam para configurar esses mundos, tal como acontece em tantos textos de Jorge Luis Borges, citando-se, em seguida, apenas a título de exemplo, um seu curto texto, que foi traduzido por Ruy Belo:

«Naquele dia, o Imperador Amarelo mostrou o seu palácio ao poeta. Foram deixando para trás, num longo desfile, os primeiros terraços ocidentais que, como degraus de um quase inabarcável anfiteatro, descem até um paraíso ou jardim cujos espelhos de metal e cujas intrincadas cercas de zimbro prefiguravam já o labirinto. Alegremente nele se deixaram perder ...» (18)

A apropriação é um dos mais manejáveis "factores" ou motivos do "desenho" arquitectónico, podendo desenhar-se para se tornar um dado espaço residencial mais apropriável, ou desenhar-se para que ele seja impessoal e até quase avesso a qualquer forma de apropriação criadora ou mesmo "apenas" sentimental; e saliento estar aqui a constatar factos, embora possa naturalmente tomar partido em posições tão antagónicas.

Em termos dos desenvolvimentos considerados mais interessantes nestas matérias da apropriação urbana e residencial, salientam-se, para já, os seguintes temas de estudo.

Uma perspectiva de soluções de habitar e de fazer cidade que possam também ser marcadas por diversas ideias de vida, e que globalmente possam constituir-se em suportes de positivas histórias pessoais e familiares, tal como refere David K. Leff (2004) (19), numa total negação das infelizmente ainda tão frequentes vizinhanças anónimas e despidas de afecto, onde, infelizmente, tantas vezes, estas características se aliam a uma crítica falta de qualidade de desenho.

Quando David Leff começou a procurar por um sítio adequado para viver com a sua família procurou: uma habitação com um bom equilíbrio custo/qualidade; numa zona com algum carácter histórico; com vizinhos agradáveis; com boas escolas; com ruas onde fosse agradável andar a pé; e com uma atraente envolvente natural. Provavelmente todos consideramos que estas condições são excelentes para habitar, e Leff defende ainda que as pessoas são muito influenciáveis pela forma como usam e sentem a paisagem e que a interacção social, o convívio entre professores, alunos, pais, lojistas, clientes, membros dos serviços urbanos, etc., é um aspecto humano fundamental no habitar e perfeitamente complementar e indissociável dessas condições.

Como é que tais aspectos se conseguirão “entranhar” positivamente nas conjugações de edifícios e nas próprias tipologias edificadas, talvez seja uma preocupação relativamente secundária e, afinal, aí se verá a qualidade do trabalho de arquitectura. E talvez aqui haja um lugar importante para uma investigação tipológica ampla sobre os aspectos que caracterizaram e caracterizam determinadas soluções urbanas e residenciais verdadeiramente amigas das pessoas, tal como refere Francis Tibbalds (1992) (20); mais um caminho que fica para desenvolvimento e aprofundamento.

Notas bibliográficas:

(1) Naguib Mahfouz, *A Viela de Midaq*, Lisboa, Editorial Caminho, trad. Estefânia Vicente Duarte, 1990 (1947), p.7.

- (2) Mike Greenberg, "The poetics of cities: designing neighborhoods that work", 1995.
- (3) Christian Norberg-Schulz, "Système Logique de l'Architecture".
- (4) Claire Cooper Marcus, "Self-identity and the Home", in "Housing: Symbol, Structure, Site", Lisa Taylor (ed).
- (5) Luís Soczka, "Espaço Urbano e Comportamentos Agressivos - da Etologia à Psicologia Ambiental", 1984.
- (6) Steen Eiler Rasmussen, "Arquitetura Vivenciada", 1998 (1986).
- (7) Claire e Michel Duplay, "Methode Illustrée de Création Architecturale", p. 26 a 33.
- (8) Brigitte Guigou, Jean Didier Laforgue, Patrice Séchet, "Qualité architecturale et urbaine et satisfaction résidentielle" – Projet n° 233 H3, Rapport de mission", Programme de Coopération Scientifique et Technique Luso-Française – Centre Scientifique et Technique du Bâtiment (CSTB) – Laboratoire National d'Ingénierie Civile (LNEC), Laboratoire de Sociologie Urbaine Générative, CSTB, Paris, Setembro 1999, p.10.
- (9) Herman Hertzberger, "Lições de Arquitetura", trad. Eduardo Lima Machado, 1996 (1991), p.177.
- (10) Luís Soczka, "Espaço Urbano e Comportamentos Agressivos - da Etologia à Psicologia Ambiental", 1984.
- (11) Sheila Walbe Ornstein, "Desempenho do Ambiente Construído, Interdisciplinariedade e Arquitetura", 1996, p.10.
- (12) Sheila Walbe Ornstein, Gilda Collet Bruna e Catherine dos Santos Lima, "Espaços públicos e semipúblicos: uma experiência interdisciplinar de avaliação pós-ocupação como metodologia de projecto", 1994, p.43 a 46.
- (13) Clare Cooper Marcus e Wendy Sarkissian, "Housing As If People Mattered: Site Design Guidelines for Medium-Density Family Housing", 1988.
- (14) Clare Cooper Marcus, "House as a mirror of self: Exploring the deeper meaning of home", 1997 (1995).
- (15) Louise Chawla, "Growing Up in Cities Update", Children, Youth and Environments, Vol. 13, N.º 2, 2003; David Driskell et al. (Growing Up in Cities Project), "Creating Better Cities with Children and Youth: A manual for participation", 2002.
- (16) Elisabeth Strom, "Stengthening communities through culture", 2001.
- (17) Yi-Fu Tuan, Place, Art, And Self, University of Virginia Press, 2004.
- (18) Jorge Luis Borges, "Poemas escolhidos", Lisboa, Publicações Dom Quixote, Cadernos de Poesia n.º 20, 1971 (1961), p. 71.
- (19) David K. Leff, "The last undiscovered place", 2004.
- (20) Francis Tibbalds, "Making People-Friendly Towns", 2000 (1992).

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano VII, n.º 364, 09 de Outubro de 2011

Etiquetas: [antónio baptista coelho](#), [apropriação habitacional](#), [edifício e apropriação](#), [housing quality](#), [qualidade arquitectónica e satisfação residencial](#)